



Universidades Lusíada

Bessa, Paulo

Tekthnos : geologia, construção de povos e conflitualidade no sistema internacional

<http://hdl.handle.net/11067/1016>

<https://doi.org/10.34628/0dte-pm29>

Metadados

Data de Publicação	2011
Resumo	Este artigo constitui um exercício multidisciplinar, cujo objectivo primário é o de, através da interligação de conceitos e matrizes teóricas de diferentes campos da ciência, designadamente da Geologia, da Política, da Sociologia e da Antropologia, descortinar linhas-guia válidas, em termos de aplicabilidade, para a compreensão da lógica subjacente a uma vasta miríade de fenómenos relacionados com conflitos, desde a esfera internacional à individual. Paralelamente, existe um intuito de demonstra...
Palavras Chave	Relações Internacionais - Filosofia
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 05 (2011)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:20:05Z com informação proveniente do Repositório

**TEKTHNOS: GEOLOGIA, CONSTRUÇÃO DE
POVOS E CONFLITUALIDADE NO SISTEMA
INTERNACIONAL**

Paulo Bessa

Doutor em Antropologia Cultural e Social pela Universidade Nova de
Lisboa, Professor Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Lusíada de Lisboa

Investigador do Centro de Estudos da Economia e Sociedade (CEPESE), Porto
Membro da Royal African Society, School of Oriental & African Studies,
Reino Unido

Resumo: Este artigo constitui um exercício multidisciplinar, cujo objectivo primário é o de, através da interligação de conceitos e matrizes teóricas de diferentes campos da ciência, designadamente da Geologia, da Política, da Sociologia e da Antropologia, descortinar linhas-guia válidas, em termos de aplicabilidade, para a compreensão da lógica subjacente a uma vasta miríade de fenómenos relacionados com conflitos, desde a esfera internacional à individual. Paralelamente, existe um intuito de demonstrar que um modelo teórico não tem forçosamente de emergir como um colete de forças, cerceando a capacidade de um investigador para equacionar problemáticas, independentemente do seu teor. Neste sentido, existe um ensejo de, sem ser de todo simplista, procurar edificar uma matriz flexível, de âmbito quase holístico, não obstante o enfoque escolhido serem as etnias e as suas relações. Constatando-se que tanto a teoria da Deriva dos Continentes – acrescida posteriormente da Expansão dos Fundos Oceânicos – como as identidades sociais, particularmente a étnica, remetem para uma construção, no primeiro caso etimológica, resultando da dinâmica geológica do planeta, e no segundo da diferenciação social e cultural de grupos de indivíduos, procurou-se verificar a viabilidade de cruzar conceitos e realidades que são muito distintas mas têm algo em comum, deixando em aberto a possibilidade de poderem constituir uma outra perspectiva das relações internacionais, sobretudo na vertente da conflitualidade no sistema global, não apenas entre unidades políticas (Estados) mas também envolvendo as suas componentes populacionais.

Palavras-Chave: Política Internacional; Modelos Teóricos; Grupos Etno-Religiosos

Abstract: This article represents a multidisciplinary exercise with the primary goal of, through the interconnection of concepts and theoretical matrixes of different science fields, namely Geology, Politics, Sociology and Anthropology, envisage valid guidelines, in terms of its applicability, to the comprehension of the underlining logic of a wide range of phenomena related with conflicts, from the international to the individual spheres. There is also a desire to demonstrate that a theoretical model does not forcibly has to emerge as a straight jacket,

diminishing the ability of an investigator to put themes into perspective, regardless of its nature. In this sense, the objective is to try, without being too simplistic, to build a flexible matrix, almost holistic, notwithstanding the chosen focus are ethnic groups and their relationships. Since both the Continental Drift theory – subsequently complemented by the Seafloor Spreading – and the social identities, ethnic in particular, relate to a construction, in the first case etymological, resulting from the geological dynamics of the planet, and on the second from the cultural and social differentiation of groups of individuals, an attempt was made to verify the viability of crossing concepts and realities which, although very distinctive, do have something in common, opening the possibility for another perspective of international relations, specially concerning conflicts in the global system, not only between political units (states) but also involving their population components.

Key-Words: International Politics; Theory Models; Ethnic and Religious Groups.

1. Tekton: A Arquitetura Geológica

A Terra assemelha-se a um organismo vivo, em resultado de múltiplas forças e fenómenos naturais que lhe proporcionam um dinamismo constante, desde o seu núcleo à posição orbital relativa no sistema solar. Algumas destas alterações são observáveis no nosso quotidiano, como as condições atmosféricas e o movimento dos oceanos. Outras são visíveis mas menos óbvias, devido à sua lentidão, como a rotação celestial nocturna. Outras ainda ocorrem em permanência, como a subtil deslocação de glaciares e no tocante a alguns vulcões activos, situando-se no patamar da imprevisibilidade as erupções vulcânicas súbitas, os terremotos e os *tsunamis*, cujo poder molda literalmente a superfície do nosso planeta e nos recorda da existência de um mundo geológico primordial, sob a crosta terrestre. É nesta perspectiva que esta parte do artigo se foca, designadamente nas placas tectónicas, que se movem imperceptível mas inexoravelmente há centenas de milhões de anos.

A palavra grega *tekton*, construir, ou relativo à construção,¹ está na origem da teoria da Tectónica de Placas, que resultou fundamentalmente da junção da hipótese da Deriva dos Continentes de Alfred Wegener com a da Expansão dos Fundos Oceânicos de Harry Hess, formuladas em 1912 e em 1960, respectivamente.² No primeiro caso, Wegener focou-se na morfologia dos continentes, que se assemelhavam a um *puzzle* que encaixava em tempos remotos num supercontinente, a pangeia. A descoberta de fósseis, rochas e vestígios climáticos similares em diferentes continentes suportava a sua teoria, mas não explicava como se processava. Entre outros contributos, como o do magnetismo das rochas, o mais importante, que consubstanciaria as ideias de Wegener, foi o de Hess, estabelecendo-se que uma “nova crosta é formada pela intrusão magmática ao longo das cristas oceânicas, afastando-se depois continuamente destas”.³ Por outras palavras, a crosta está em permanente expansão, com a emergência de novo material do interior da Terra a partir de fissuras na crosta, vales em cadeias de montanhas submarinas, denominados *riffts*. Como veremos adiante, o reverso desta dinâmica (destruição da crosta) também ocorre, dando origem a fossas oceânicas.

A mecânica desta construção, em que de facto são as placas tectónicas que se movem – e nas quais assentam os continentes – conduz-nos à composição

¹ Consultar, por exemplo, a introdução de *Planetary Tectonics* (pp.1-14), da autoria de Thomas Watters e de Richard Schultz, publicada em 2009 pela Cambridge University Press.

² A primeira edição alemã da tese de Wegener, intitulada *The Origins of Continents and Oceans*, remonta a 1915, enquanto o artigo de Hess, “History of Ocean Basins”, surgiu na obra coordenada por Engel, A.J., James, Harold & Leonard, B.F., *Petrologic Studies: A Volume in Honor of A. F. Buddington*, Geological Society of America, Boulder, Colorado, 1962, pp.599-620.

³ Oreskes, Naomi (ed.), *Plate Tectonics: An Insider's History of the Modern Theory of Earth*, Westview Press, Boulder, Colorado, USA, 2001, p.39.

química e física interna da Terra, cujas características nos permitem vislumbrar as forças motrizes que estão na gênese do dinamismo geológico. A figura seguinte proporciona uma comparação entre os modelos baseados na composição química e no estado físico dos principais materiais que constituem o interior do planeta.

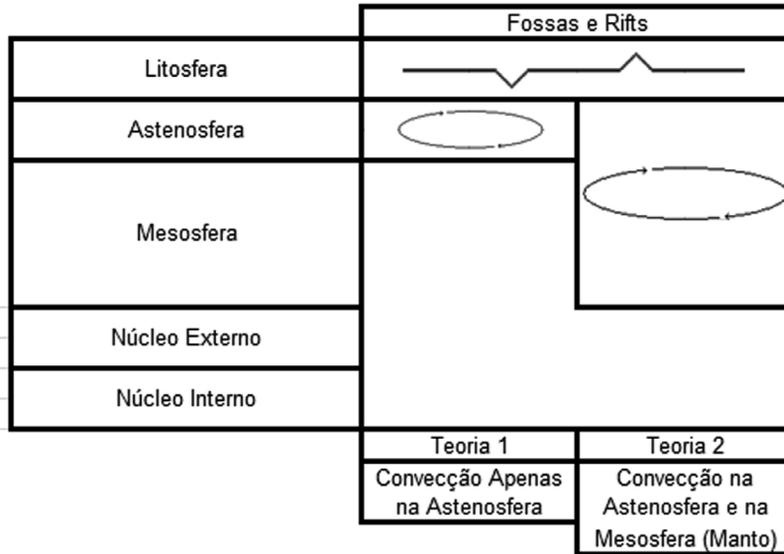
Figura 1 - Matrizes Química e Física da Terra

Materiais	Profundidade	Matriz Química		Matriz Física		
Granito e Basalto	35-70Km	Crosta		Litosfera	100-150Km	Sólidos Rígidos
Ferro e Magnésio	2900Km	Manto		Astenosfera	670Km	Sólidos Deformáveis
				Mesosfera	2900Km	Rígidos
Ferro e Níquel	6370Km	Núcleo		Núcleo Externo	5150Km	Líquidos
				Núcleo Interno	6370Km	Sólidos

Fonte: Adaptado de Pidwirny, Michael, "Structure of the Earth", in *Fundamentals of Physical Geography*, Okanagan University College, Kelowna, British Columbia, Canada, 2006, pp. 271-272.

Para o raciocínio que se pretende expor, interessa sobretudo o modelo físico e, dentro deste, as camadas da Litosfera e da Astenosfera. A primeira, mais rígida, engloba a crosta e a parte superior do manto, enquanto a segunda é composta por matéria mais flexível, passível de sofrer deformações. É na relação entre estas duas que se concentra a atenção, sendo de realçar que as placas tectónicas também são denominadas de placas litosféricas e que se deslocam sobre a Astenosfera, cujas características físicas – materiais que formam um composto algo similar à gelatina – possibilitam a sua movimentação. A interação entre o interior da Terra e a sua camada mais superficial assemelha-se a um movimento circular, representado graficamente na figura seguinte, que nos permite visualizar as forças subterrâneas em presença e as suas consequências na superfície.

Figura 2 – Correntes de Convecção e Repercussões na Litosfera



Fonte: Adaptado de Monroe, James & Wicander, Reed, *The Changing Earth: Exploring Geology and Evolution*, Brooks / Cole, Cengage Learning, Belmont, California, USA, 2009, p.52.

O motor da dinâmica de placas é o calor emanado do interior da Terra, que provém da “decomposição de elementos radioactivos (...) no núcleo e na parte inferior do manto”⁴ ou Mesosfera. Sob pressão, a rocha aquecida da Mesosfera tende a emergir naturalmente na Litosfera, sob uma forma viscosa (a lava), onde arrefece e se torna mais densa e pesada, tendendo posteriormente a “afundar-se” na sua camada original, a Astenosfera e o Manto. Este ciclo é infinito e perpetua-se pelas correntes de convecção termais – ainda sendo objecto de debate se se cingem à Astenosfera ou abrangem todo o Manto – que explicam a emergência e a submersão da rocha magmática entre a Litosfera e a Mesosfera, um pouco à semelhança das correntes marítimas, neste caso originando cadeias montanhosas e fossas oceânicas. É no âmbito deste processo que, na Litosfera, se enquadram os fenómenos das placas tectónicas e do vulcanismo, em que existem paralelismos óbvios.

Existe uma multiplicidade de placas tectónicas, de diferentes dimensões e interligadas, no sentido em que a deslocação de uma se repercute nas outras,

⁴ Monroe, James & Wicander, Reed, *The Changing Earth: Exploring Geology and Evolution*, Thomson Brooks / Cole, Cengage Learning, Belmont, California, USA, 2009, p.51.

num efeito dominó à escala global.⁵ As fronteiras das placas são usualmente turbulentas, em termos geológicos, tendo sido categorizadas em três agrupamentos: divergentes, convergentes e transformantes,⁶ a seguir detalhadas e acompanhadas de uma visão gráfica, complementar à da figura 2.

- a) Fronteiras Divergentes ou Construtivas: Localizam-se nos *rifts*, ou dorsais terrestres e oceânicas, onde se processa a criação de novo material litosférico, como se explanou brevemente a propósito da teoria da expansão dos fundos oceânicos de Hess;
- b) Fronteiras Convergentes ou Destrutivas: Usualmente associadas a fossas oceânicas, que surgem devido à destruição da Litosfera, que regressa à Astenosfera e à Mesosfera, razão pela qual tais zonas também são denominadas de subducção. Em terra firme, este fenómeno resulta na formação de cadeias de montanhas;
- c) Fronteiras Transformantes ou Conservativas: Nesta categoria não existe criação nem destruição da Litosfera, apenas contacto, deslizante, entre placas, como ao longo de falhas (transformantes) transversais a *rifts*.

Cada tipologia de limites entre placas está associada a diferentes fenómenos que ocorrem na crosta terrestre. No caso das fronteiras em que as placas divergem, que constituem pólos de construção da crosta terrestre, a enorme energia das correntes de convecção provoca falhas, fissuras, que assumem a forma de vales ou *rifts*, oceânicos ou terrestres, como sucede no Atlântico e na África Oriental, respectivamente. Em relação às fronteiras em que as placas convergem, ou colidem, se tal envolver placas com diferente densidade, a situação mais comum é de que a mais compacta – usualmente oceânica, por contraposição com uma terrestre, ou continental – desliza para baixo, para a Astenosfera, sendo o oposto das zonas de criação da crosta, ou seja, são locais de subducção, em que a Litosfera se dilui no caldo magmático, originando uma fossa (como as Marianas) ou uma cadeia de montanhas (os Andes, por exemplo), consoante o embate decorra nos oceanos ou em terra firme. Independentemente de o meio ser líquido ou sólido, as áreas de subducção estão frequentemente relacionadas com a existência de vulcões. Estes emergem no contorno morfológico das placas, como é o caso do Anel de Fogo do Pacífico, sendo as ilhas vulcânicas outro dos sinais a ter em consideração, reflectindo neste caso a colisão entre placas oceânicas. No tocante às fronteiras transformantes, em que as placas registam um atrito paralelo entre si, a energia acumulada liberta-se sob a forma de terramotos e de deformações no terreno, sendo o exemplo mais notório o da Falha de Santo André, na Califórnia.⁷

⁵ Sobre esta questão é útil a leitura da obra de Athelstan Spilhaus, *Atlas of the World with Geophysical Boundaries*, publicada em 1991 pela American Philosophical Society.

⁶ Cf. Levin, Harold, *The Earth Through Time*, John Wiley & Sons, Hoboken, New Jersey, USA, 2010, p.187.

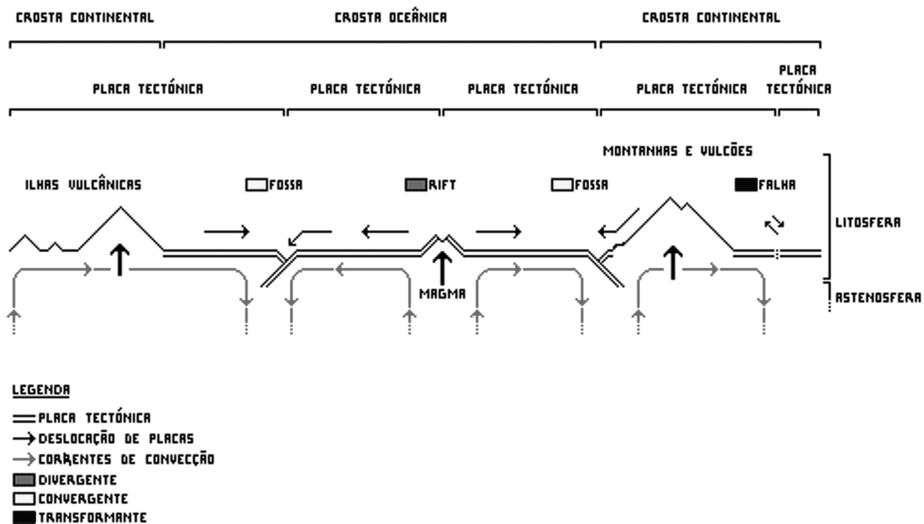
⁷ Consultar, por exemplo, Silverstein, Alvin, Silverstein, Virginia & Nunn, Laura, *Plate Tectonics*, Twenty-First Century Books, Minneapolis, USA, 2009, pp.35-42.

Figura 3 – Fronteiras entre Placas e Fenómenos Associados

Tipo de Fronteira	Impacto na Litosfera
Divergente / Construtiva	Criação de Nova Crosta, Formação de Vales Oceânicos e Terrestres (<i>rifts</i>), Terramotos, Ilhas Vulcânicas
Convergente / Destrutiva	Destruição da Crosta, Formação de Fossas, Cadeias de Montanhas, Vulcões, Ilhas e Erupções Vulcânicas
Transformante / Conservativa	Falhas, Deformação do Terreno Terramotos

Agregando os dados acima expostos, obtemos a seguinte visão panorâmica do dinamismo do nosso planeta.

Figura 4 – O Ciclo Tectónico



Fontes: Adaptação a partir das obras de Lowrie, William, *Fundamentals of Geophysics*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1997, p.330, Pidwirny, Michael, "Structure of the Earth", in *Fundamentals of Physical Geography*, Okanagan University College, Kelowna, British Columbia, Canada, 2006, pp. 277-278, Williams, Linda, *Earth Science Demystified*, McGraw-Hill, New York, USA, 2004, p.65 e Bridge, John & Demicco, Robert, *Earth Surface Processes, Landforms and Sediment Deposits*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2008, pp.10-11.

2. *Ethnos*: A Construção Étnica

Não obstante possuímos uma linha evolutiva ancestral comum, enquanto elementos da espécie *homo sapiens*, bem como uma tendência inata para a vivência grupal, ao longo da nossa existência fomos divergindo em termos de características físicas e culturais, em virtude de processos migratórios, de adaptação a diferentes ambientes climáticos e da consequente emergência de mundividências e modos de vida distintos. Na realidade, à semelhança da vertente geológica, também as identidades sociais, que assentam nas especificidades face a outrem, se pautam por uma dinâmica de construção, de engenharia identitária, em que todos participamos, de forma mais ou menos consciente. Efectivamente, qualquer identidade social, individual ou colectiva, remete sempre para as diferenças em relação aos outros, mormente no reconhecimento destas, tanto por parte dos que as partilham como pelos que lhes são estranhos. Tal implica contacto entre grupos ou tecidos sociais culturalmente distintos e que se concebem como tal. Denominam-se etnias, termo que deriva da palavra grega *ethnos*, que significa, literalmente, povo. Assim, quando nos referimos a etnias, estamos de facto a reportarmo-nos a povos detentores de uma identidade própria.

A ligação a um espaço territorial é fundamental, não só por este se constituir como o berço geográfico da identidade étnica como por ser palco da sua gradual emergência, mormente no tocante a tecidos sociais adjacentes. Por outras palavras, uma identidade étnica é também resultado de um processo de construção, endógeno e exógeno, abrangendo esta última vertente as relações com grupos vizinhos, que por sua vez contribuem para a constatação de diferenças entre as partes. A cristalização destas experiências de interacção torna-se parte integrante da memória histórica das etnias, que sem esta se desvanecem. É por este motivo que não há etnias sem História, sendo as suas raízes o seu passado concreto. Quanto à vertente endógena, para Smith, a formação e distinção das comunidades étnicas é um fenómeno estreitamente enraizado nas famílias, na cultura e na tradição, emergindo da partilha, por parte das células familiares, de um conjunto de valores, mitos ancestrais, símbolos e memórias históricas, que designa por “complexo mito-símbolo” ou núcleo da etnicidade. Subjacente está uma forte ligação à tradição, expressa num desejo de protecção da herança cultural face a outros grupos, bem como de transmissão de tal legado aos descendentes.⁸ Cohen também privilegia esta abordagem simbólica da etnicidade, situando as fronteiras de uma comunidade nas mentes dos seus membros e relevando, tal como Wallerstein,⁹ a interacção com outros grupos, ao considerar que qualquer “diferença [face ao] mundo exterior pode ser (...) utilizada como recurso para a sua fronteira. [...] As pessoas constróem simbolicamente a comunidade, tornando-a

⁸ Cf. Smith, Anthony, *The Ethnic Origins of Nations*, Blackwell Publishers, Oxford, UK, 1996, p. 15.

⁹ Consultar Wallerstein, Immanuel, ‘Ethnicity and National Integration in West Africa’ in *Cahiers d’Études Africaines*, N.º 3, Paris, France, 1960, p. 129.

um (...) repositório de significado e um referencial da sua identidade,¹⁰ individual e colectiva. Por outras palavras, as diferenças culturais constituem fronteiras simbólicas, mas ao mesmo tempo reais, emergindo “o passado [como] um mapa [cognitivo] para a acção contemporânea.”¹¹ Explicitando, a consciência étnica é a expressão contemporânea de relações sociais (do passado) petrificadas no tempo e culturalmente memorizadas. A etnicidade não seria politicamente operacional, no presente, sem a memória histórica (por vezes longínqua), o que origina formas de mobilização social que não correspondem objectivamente ao contexto actual mas sim à visão deste condicionada pelas formações sociais do passado. Assim, a expressão étnica é efeito subjectivo de um contexto presente na estrutura social mental e historicamente produzida, que provoca o comportamento e a resposta do grupo relativamente ao fenómeno contemporâneo.

A etnicidade não só resulta de uma trajectória histórica como constitui um fenómeno social de permanente construção-desconstrução e mestiçagem, que conduz gradualmente à distinção do Outro. É diferente de outras identidades, como a classe social ou a especialização profissional, que são elementos socialmente identificáveis, objectivos e que existem independentemente de uma consciência étnica. Surge aqui um potencial problema que é pertinente endereçar, dado que é passível de suscitar dúvidas quanto à unidade grupal. Alguns autores acreditam que a classe social se tornou a principal linha divisória nas sociedades modernas, mais relevante do que a própria etnicidade, enquanto outros defendem a solidez das “afinidades primordiais que derivam da pertença a um grupo étnico.”¹² O conceito de *ethclass*, idealizado por Gordon, permite ultrapassar esta questão, ao fundir etnia e classe num “binómio estruturador das identidades. [Assim,] se em algum momento (...) a classe parece sobrepor-se ao efeito da etnia, noutros (...) dilui-se para se afirmar uma identidade étnica que confere coesão simbólica à comunidade.”¹³ E, como refere Cohen, são as diferenças entre membros de uma comunidade que proporcionam a vida social quotidiana.¹⁴ As contribuições de Ranger e Hobsbawm sublinham o aspecto da união entre os membros de um grupo a partir da noção de tradição, definida como um leque de práticas reiteradas, impregnadas de simbolismo e de referências ao passado, visando inculcar crenças, valores e comportamentos exclusivistas.¹⁵ Neste sentido, as tradições simbolizam e asseguram laços de lealdade, de coesão de um grupo com uma identidade própria, sendo muito adequadamente designadas por Ranger de rituais de exclusividade.

¹⁰ Cohen, Anthony, *The Symbolic Construction of Community*, Routledge, London, UK, 1985, pp.117-118.

¹¹ Cohen, Anthony, *op.cit.*, p. 99.

¹² Hutnik, Nimmi, *Ethnic Minority Identity*, Oxford University press, New York, USA, 1991, p.17. Ver também Maphai, Vincent T., ‘Liberal Democracy and Ethnic Conflict in South Africa’ in Glickman Harvey (ed.), *Ethnic Conflict and Democratization in Africa*, African Studies Association Press, Atlanta, USA, 1995, p. 76.

¹³ Saint-Maurice, Ana, *Identidades Reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1997, p. 2.

¹⁴ Cf. Cohen, Anthony, *op.cit.*, p. 88.

¹⁵ Cf. Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1997, pp. 1-19.

A etnicidade é uma expressão identitária globalizante de segmentos de populações e implica a afirmação de quem se é. Paralelamente, esta declaração voluntária remete para um passado colectivo mitificado, sendo precisamente por isso que há uma ligação acentuada com o transcendental, com a religião, não sendo raros os povos que atribuem eventos pretéritos e mesmo a sua própria existência ao divino. Estas constatações enquadram a vertente política da etnicidade. A manipulação ou a rejeição da etnicidade é muitas vezes uma estratégia política para a aquisição e retenção do poder político. A mobilização política da etnicidade ocorre quando um movimento étnico se politiza ou quando um movimento político tende a explorar o facto étnico na sua estratégia, em conjugação com a componente ideológica. É pertinente realçar que a identidade étnica, enquanto reflexo de um leque de adesões identitárias, não constitui a forma determinante da acção política, mas a opção pela sua activação está ligada aos enredos sociais do momento.

Vail afigura-se como particularmente interessante na análise das causas da criação, da manutenção e do crescimento da consciência étnica, dissertando sobre o seu apelo ideológico e perspectivando-a como instrumento de domínio político.¹⁶ Do seu raciocínio importa reter as noções de corretores culturais, os responsáveis pela mensagem étnica, identificados sobretudo como intelectuais e clérigos, aos quais compete o delinear das directrizes culturais e assegurar a socialização dos jovens, visando manter a unidade e as fronteiras do grupo étnico. Quanto à atracção da ideologia étnica importa compreender a sua duplicidade, uma vez que tanto remete para o passado (de que deriva) como para a adaptação a transformações sociais em curso. Constitui assim um mecanismo de adaptação a uma realidade dinâmica mas também de garantia de que esta se processa alicerçada na manutenção de um conjunto de valores tradicionais que favorecem a organização social do grupo. Esta assume-se como uma base de conforto, de estabilidade e de tentativa de controlo da mudança. É neste sentido que Vail afirma que uma comunidade está, ou procura, ancorar-se na etnicidade, conduzindo-nos a remissão para o passado aos agentes culturais mencionados, mormente à sua acção em prol da preservação de uma forma de vida. Este último aspecto desemboca novamente nos pilares sobre os quais assenta a coesão de uma comunidade, permitindo-lhe funcionar como um grupo étnico, assim como a sua auto-percepção.

O estudo de Anderson sobre os processos pelos quais as nações são imaginadas e modeladas, de forma a corresponderem às exigências das alterações sociais, constitui uma outra abordagem a considerar. Da sua obra destacam-se os aspectos relacionados com a língua, que situa na base das consciências nacionais devido “à sua capacidade para gerar comunidades imaginárias, construindo de facto solidariedades particulares.”¹⁷ Assim, a exclusividade linguística constitui

¹⁶ Consultar Vail, Leroy (ed.), *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, University of Columbia Press, Berkeley, USA, 1991, pp. 1-19.

¹⁷ Anderson, Benedict, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, New York, USA, 1991, p. 133.

uma das variáveis mais importantes de diferenciação e de coesão dos grupos. Smith acrescenta que “os factores religiosos [também são] elementos centrais na cristalização e manutenção da identidade étnica,”¹⁸ atribuindo aos clérigos a função de guardiães comunitários. De facto, múltiplos autores convergem na visão de que os factores que mais contribuem para a distinção das etnias são a língua, a religião, as práticas tradicionais e os ritos e símbolos associados a memórias históricas. A vida familiar também se insere nesta dimensão cultural, tal como outras instituições e vertentes, como o sistema educativo e os meios de comunicação social. Em termos gerais, podemos designar este aglomerado como um conjunto de valores étnicos fundamentais, que constituem as linhas de fractura culturais – fronteiras – do grupo face ao exterior. Este repertório (matriz) cultural é transmitido às novas gerações por todos nós, desde o lar às instituições do Estado.

Todos somos construtores étnicos, desde logo na família, o bloco nuclear de qualquer grupo humano, no seio do qual nascemos e somos socializados, alargando-se paulatinamente os elos ao tecido comunitário e à sociedade em geral. Se inicialmente somos sujeitos passivos neste edifício identitário que vai sendo edificado, posteriormente tornamo-nos activos na reprodução de uma forma de vivência, designadamente no que respeita aos nossos descendentes. Assim, existe um ciclo de influências e de reprodução de aspectos culturais que são inerentes ao grupo étnico em que nos inserimos e de que fazem também parte as relações com o Outro.

A nossa impressão digital cultural expressa-se na assimilação da língua, instrumento de comunicação que constitui um dos aspectos mais relevantes da identidade étnica, nas crenças religiosas que absorvemos assim como em aspectos mundanos mas que denotam as diferenças fazem a outras comunidades, como a gastronomia. Tudo isso recebemos desde que o nascimento e reproduzimos quando atingimos a idade adulta. Não é algo imposto, é simplesmente assim que se processa a reprodução das identidades, através da construção subconsciente de indivíduos semelhantes na sua visão do mundo e na forma de estar e viver.

3. Pangeia e Babel

Nos pontos anteriores descreveram-se processos, geológicos e humanos, que, não obstante a sua génese diferenciada, em comum possuem o facto de serem resultado de uma construção, sendo certo que a destruição é uma variável também presente, como a outra face de uma mesma moeda. Existem ciclos, de criação e destruição, tanto no que concerne à crosta terrestre como os relacionados com a actividade humana. Se no primeiro caso tal nos conduz às correntes de convecção e a movimentos de forças naturais em constante convulsão, designadamente aos pontos em que o magma ascende à superfície, regressa às profundezas e às alterações morfológicas resultantes da colisão entre

¹⁸ Smith, Anthony, *op.cit.*, p. 124.

placas tectónicas, no segundo descortinamos um paralelismo no caldo cultural subjacente à emergência das etnias, um magma cultural se quisermos, um substrato primordial derivado da necessidade inata do ser humano para viver em colectivo, surgindo gradualmente diferentes moldes grupais, resultado de díspares experiências comunais e face ao Outro, que lentamente vão edificando mundividências e identidades próprias, distintas.

A relevância das diferenças entre grupos justifica que alguns autores tenham tido um impacto tão assinalável, devido às suas perspectivas sobre relações internacionais e abordagens da conflitualidade. A obra seminal de Samuel Huntington¹⁹ constituiu um primeiro exemplo, sendo o mundo dividido em grandes massas civilizacionais, agregando povos culturalmente mais próximos em placas similares às tectónicas. Apesar de todas as categorizações serem subjectivas, o raciocínio de Huntington suscitou enorme interesse, talvez pela sua firme convicção de que os conflitos do pós-Guerra Fria ocorreriam de acordo com as linhas culturais e religiosas. Outros académicos, como Niall Ferguson,²⁰ Richardson e Resendiz,²¹ Mohan Guruswamy,²² Beck e Cowan²³ ou Gangale,²⁴ procuraram aplicar uma fórmula similar ao estudo de fracturas geopolíticas, frequentemente apenas com referências ténues às placas tectónicas e às repercussões das suas colisões, para compreender a dinâmica económica, o grau de violência presente nas confrontações etno-religiosas e fenómenos como o terrorismo.

É pertinente enfatizar que, não obstante as comparações entre placas tectónicas, grupos culturais e conflitualidade não constituírem exactamente algo inédito, neste artigo a abordagem em si é original, resultando de um raciocínio multidisciplinar próprio edificado ao longo dos anos, que não pretende ser uma descrição trivial de paralelismos mais ou menos óbvios e laterais, antes se concentrando no aprofundamento das vertentes menos visíveis que sustentam o dinamismo tectónico e das identidades sociais. Partindo deste ponto, o objectivo não é o de desenvolver uma tese exaustiva, mas sim o de proporcionar uma grelha analítica útil para o entendimento de uma variedade de fenómenos internacionais, sendo de realçar que existe uma potencial aplicabilidade a um vasto leque de patamares, desde a matriz do sistema mundial, à economia, à organização da sociedade, aos partidos políticos e até à esfera individual. De facto, enquanto indivíduos também nos podemos conceber como uma placa tectónica, que durante a sua vida se edifica, solidifica e interage com múltiplas

¹⁹ *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Simon & Schuster, New York, USA, 1997.

²⁰ *The War of the World: Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West*, Penguin Press, New York, USA, 2006.

²¹ *On the Edge of Law: Culture, Labor and Deviance on the South Texas Border*, University of Texas Press, Austin, USA, 2006.

²² "The Looking Glass War in the Himalayas" in *Scaling Himalayan Peaks*, India Defence Consultants, New Delhi, India, 2003.

²³ *Spyral Dynamics: Mastering Values, Leadership and Change*, Blackwell Publishing Ltd., Malden, Massachusetts, USA, 1996.

²⁴ *Economic Tectonics: The Changing Map of Globalization*, San Francisco State University, San Francisco, California, USA, 2003.

outras. Acresce que hoje é usual constatar-se que a História se repete – não existe um fim da História, como defendia Fukuyama,²⁵ mas um reinício de ciclo – e, mesmo inconscientemente, no nosso quotidiano tendemos a recorrer a expressões geológicas como “terramoto” político, “abalo” económico ou “erupção” social para classificar fenómenos que ocorrem na sociedade.

Geneticamente somos idênticos, enquanto espécie, emergindo as diferenças ao nível fenotípico – do foro do observável, ou seja, as características físicas – que derivam da mencionada adaptação a diferentes zonas geográficas. Assim se explica a existência de diversas raças – como a caucasiana ou a negróide – na nossa espécie e, dentro daquelas, dos grupos étnicos. Como anteriormente referido, estes distinguem-se em virtude da sua exclusividade linguística, das crenças religiosas, da fidelidade a práticas tradicionais, ritos e símbolos associados a mitos ancestrais²⁶ e a memórias históricas. Estes factores formam o conjunto de valores étnicos fundamentais que estabelecem as fronteiras – as linhas de fractura culturais – face ao exterior e que são reproduzidas pelas famílias e pelo colectivo do grupo. Neste sentido, existe de facto uma construção de pilares culturais, alvo de cuidados permanentes e em que todos participamos, como membros de uma etnia.

A pangeia genética humana fragmentou-se ao longo da nossa evolução, formando placas étnicas, *icebergs* humanos se quisermos, que se deslocam e interagem, seja através de movimentos migratórios²⁷ ou por possuírem fronteiras entre si, que não são imutáveis mas sim dinâmicas. Em numerosas culturas, os ciclos são a forma representativa de múltiplas facetas da sua vivência, desde as etapas da vida dos indivíduos, à astronomia, à religião – por exemplo, a noção de reencarnação – à agricultura, à economia, à política e a períodos históricos. Ao nível da sociedade internacional podemos perspectivar os movimentos circulares das correntes de convecção como ciclos de alternância entre fases áureas e de decadência dos povos, tendo subjacentes a capacidade de empreendedorismo, a inovação tecnológica, o modelo económico e mesmo político. Se não existisse dinamismo, fruto da competição entre povos, tendo subjacente o poder, nas suas mais variadas formas, civilizações que na Antiguidade predominavam claramente no panorama regional, mormente no Mediterrâneo, ainda manteriam idêntica posição.

A noção de ciclo proporciona-nos uma visualização gráfica do percurso dos povos e dos choques entre estes, na forma de conflitos, cuja força motriz é o nacionalismo, mais especificamente o etno-nacionalismo. Em grupos culturais com raízes similares e que normalmente são adjacentes, poderíamos pensar que o relacionamento se assemelharia ao das placas transformantes, enquanto que as convergentes e divergentes expressariam zonas de elevada conflitualidade, sendo que nas últimas a colisão resultaria no predomínio de um povo sobre outro. Mas

²⁵ No seu artigo “The End of History?”, publicado na revista *The National Interest* de 1989, transposto em maior detalhe para a obra de 1992 *The End of History and the Last Man*.

²⁶ Alguns, como catástrofes diluvianas e eras planetárias, surgem como uma herança comum.

²⁷ As diásporas são um caso paradigmático do apego à identidade original, transportada como bagagem cultural para outro território pelas primeiras gerações.

a realidade é mais complexa e, talvez porque a proximidade geográfica derivou numa acumulação de memórias traumáticas e devido a intuítos expansionistas, verificamos amiúde que as maiores atrocidades são frequentemente cometidas contra povos que supostamente seriam culturalmente menos distantes, constituindo o exemplo extremo uma guerra civil, entre membros de uma mesma placa étnica, usualmente por motivações ideológicas, como sucedeu em Espanha, na década de 1930. Tal não invalida que se edifiquem unidades políticas, económicas e culturais como a União Europeia, mas espelha contradições inerentes ao ser humano e que podem conduzir-nos ao que designamos por “interesse nacional”. Não raramente, este conceito constitui uma justificação para os meios a que as unidades políticas recorrem para atingirem os seus objectivos, independentemente do seu cariz.

Na origem da esmagadora maioria dos conflitos que ocorreram ao longo do historial da Humanidade estão alguns factores cuja omnipresença é difícil de ignorar: o instinto de sobrevivência, o desejo de expansão territorial e o prestígio face ao Outro. Estas vertentes possuem ramificações múltiplas e que importa registar, como sucede com a ambição de auto-determinação, o acesso a recursos naturais e, não menos importante, a consolidação ou a amplificação do poder já detido. Dito de outra forma, sendo o objectivo primário de qualquer espécie a sua sobrevivência, tal pode conduzir a projectos de poder e a desejos interligados, como o da obtenção de prestígio, de recursos e o da dominação – por vezes assimilação ou a destruição – do Outro. Esta última vertente pode assumir diferentes contornos, constituindo exemplos a matriz dos impérios coloniais europeus, a ideia de “espaço vital” germânica na II Guerra Mundial ou a ocupação efectiva do Tibete. No seu aspecto mais sombrio, em que frequentemente temos de contemplar a vertente religiosa, podemos incluir as “limpezas étnicas” e o genocídio, sendo que no primeiro caso seria mais adequado o termo purga ou desertificação étnica de um território, enquanto que no acto genocida o objectivo é a destruição do Outro, a sua obliteração enquanto grupo diferenciado, como sucedeu com a atitude de Roma perante Cartago.

A História do *homo sapiens* é essencialmente uma de competição pelo poder, constituindo o prestígio o reflexo do mesmo, um reconhecimento pelo *status* que se conseguiu atingir, algo visível em obras arquitectónicas mais ou menos monumentais, edificadas para tentar eternizar a etnia, os seus governantes e eventos mais marcantes, o mesmo se aplicando aos épicos escritos. As etnias mais poderosas tendem a subjugar as mais frágeis, alcançando certos objectivos e procurando certificar-se de que o Outro não o esquece. Em parte, a diplomacia ainda possui reminiscências desta forma de estar, procurando-se que a representação oficial no exterior espelhe a relevância do Estado (na verdade, do povo) a que se pertence. O poder é assim uma variável transversal e expressa-se em quase tudo o que fazemos e desejamos: quem melhor do que os indivíduos integrantes de um grupo diferenciado para delinear estratégias de auto-preservação? Para tal, têm de ser livres para tomar decisões sobre o seu destino, ou seja, têm de deter a capacidade para exercer controlo (poder) sobre o mesmo. Se tal incluir a opção pela aquisição de território ocupado por outrem e tal for

considerado imperioso, devido ao crescimento populacional, à necessidade de obter mais recursos naturais e, em consequência, resultar num poder acrescido, na História verificamos que poucos líderes hesitaram em iniciar conflitos. Tais indivíduos são catalisadores das identidades, focando-as em objetivos precisos, recorrendo à planificação de uma acção política assente numa matriz cultural exclusivista que, não raro, se conjuga com uma percepção de superioridade, ou primazia – por vezes assente em argumentos divinos – face ao Outro.

No pós-Guerra Fria, que significou a desagregação de gigantescas placas políticas, sociais, económicas e militares antagónicas,²⁸ o desanuviamento das relações internacionais derreteu “glaciares humanos” e linhas de comportamento cristalizadas derivadas de ideologias totalizantes, causando o estilhaçar da placa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a consequente reemergência de Estados soberanos. E nestes assistimos a separações pacíficas, como sucedeu com os checos e os eslovacos, ou ao violento ressurgir de fissuras etno-religiosas, despertadas por políticos radicais mobilizadores das identidades parcelares, como na ex-Jugoslávia.

Ainda hoje se verificam tendências secessionistas em diversas áreas do globo que, tal como as guerras, visam deslocar fronteiras, espelhando o poder militar de uma unidade étnica. Quanto ao fenómeno do terrorismo, está frequentemente associado à ânsia de possuir um território próprio, ou de impor ao Outro a sua mundividência, mormente religiosa, o que na prática também deriva em estratégias expansionistas. As fronteiras dos Estados não são apenas culturais, ou civilizacionais, são políticas – abrangendo o subsolo, o espaço aéreo e marítimo. As “terras de ninguém” remanescentes no globo são as águas e o espaço aéreo internacionais, mas já não há terra firme disponível. E é sobretudo aqui – sem desvalorizar as disputas por limites marítimos e recursos – que encontramos zonas de colisão entre placas humanas, onde se luta pelo direito à auto-determinação ou pela posse ancestral de um território. Nesta última situação, é extremamente difícil evitar um conflito, devido à reclamação de um mesmo berço geográfico identitário, pelo que assistimos a um clima de tensão, similar à pressão geológica, sem um fim previsível, como sucede há décadas entre israelitas e palestinianos e, mais recentemente, entre sérvios e albaneses no Kosovo, não se vislumbrando neste espaço uma data de retirada das forças internacionais, único factor que impede novos confrontos. Note-se que o núcleo geo-histórico de um grupo equivale ao útero materno, é o local onde emergiu a etnia cujas raízes assentam nos sedimentos dos seus antepassados, semelhantes a estratos geológicos. Constituem o nosso húmus e por isso os epicentros geográficos das identidades das nações são tão fundamentais, justificando que nenhuma etnia se dispunha a prescindir dos mesmos, seja em que circunstância fôr. Ocasionalmente, como sucedeu com os israelitas, o elo com o território interrompe-se, mas não psicologicamente, permanecendo as memórias na mente e nos escritos (muitas vezes sagrados) da etnia. O seu país torna-se mental, mas nem por isso menos real.

Na maior parte dos Estados a etnicidade tem uma conotação negativa

²⁸ *Grosso modo*, os blocos ocidental, de leste e do Movimento dos Não Alinhados.

porque é associada a tendências separatistas, que se constituem como elementos de disrupção das fronteiras historicamente estabelecidas ou acordadas. A atitude generalizada, compreensível até certo ponto – mas que colide com premissas basilares do direito internacional, designadamente no que respeita à auto-determinação dos povos – é a de que o Estado-Nação, unidade básica do sistema internacional, não pode ser posto em causa, sob pena de se abrir uma caixa de Pandora identitária que impulsionaria um *tsunami* de conflitos relacionados com a revisão das actuais fronteiras políticas. O problema é que estas são, amiúde, meramente formais, não correspondendo às fracturas identitárias, pelo que não conseguiremos evitar futuras erupções grupais etno-religiosas, que estão destinadas a ocorrer sobretudo no que concerne aos povos que na actualidade são órfãos territoriais, desde que mantenham as suas memórias, seja na forma escrita ou transmitidas oralmente.

Bibliografia de Referência

ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso, New York, USA, 1991.

BECK, Don & COWAN, Chris, *Spyral Dynamics: Mastering Values, Leadership and Change*, Blackwell Publishing Ltd., Malden, Massachusetts, USA, 1996.

BRIDGE, John & DEMICCO, Robert, *Earth Surface Processes, Landforms and Sediment Deposits*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2008.

COHEN, Anthony, *The Symbolic Construction of Community*, Routledge, London, UK, 1985.

EDWARDS, John, *Plate Tectonics and Continental Drift*, Evans Brothers Ltd., London, UK, 2005.

FERGUSON, Niall, *The War of the World: Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West*, Penguin Press, New York, USA, 2006.

FUKUYAMA, Francis, *The End of History and the Last Man*, The Free Press, Simon & Schuster, New York, USA, 1992.

GANGALE, Thomas, *Economic Tectonics: The Changing Map of Globalization*, San Francisco State University, San Francisco, California, USA, 2003.

GURUSWAMY, Mohan, "The Looking Glass War in the Himalayas" in *Scaling Himalayan Peaks*, India Defence Consultants, New Delhi, India, 2003.

HESS, Harry, "History of Ocean Basins", in Engel, A.J., James, Harold &

Leonard, B.F. (coord.), *Petrologic Studies: A Volume in Honor of A. F. Buddington*, Geological Society of America, Boulder, Colorado, USA, 1962.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1997.

HUNTINGTON, Samuel, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Simon & Schuster, New York, USA, 1997.

HUTNIK, Nimmi, *Ethnic Minority Identity*, Oxford University press, New York, USA, 1991.

LEVIN, Harold, *The Earth Through Time*, John Wiley & Sons, Hoboken, New Jersey, USA, 2010.

LOWRIE, William, *Fundamentals of Geophysics*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1997.

MAPHAI, Vincent T., 'Liberal Democracy and Ethnic Conflict in South Africa' in Glickman Harvey (ed.), *Ethnic Conflict and Democratization in Africa*, African Studies Association Press, Atlanta, USA, 1995.

MONROE, James & WICANDER, Reed, *The Changing Earth: Exploring Geology and Evolution*, Thomson Brooks / Cole, Cengage Learning, Belmont, California, USA, 2009.

ORESQUES, Naomi (ed.), *Plate Tectonics: An Insider's History of the Modern Theory of Earth*, Westview Press, Boulder, Colorado, USA, 2001.

PIDWIRNY, Michael, "Structure of the Earth", in *Fundamentals of Physical Geography*, Okanagan University College, Kelowna, British Columbia, Canada, 2006.

RICHARDSON, Chad & RESENDIZ, Rosalva, *On the Edge of Law: Culture, Labor and Deviance on the South Texas Border*, University of Texas Press, Austin, USA, 2006.

SAINT-MAURICE, Ana, *Identidades Reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1997.

SILVERSTEIN, Alvin, SILVERSTEIN, Virginia & NUNN, Laura, *Plate Tectonics*, Twenty-First Century Books, Minneapolis, USA, 2009.

SMITH, Anthony, *The Ethnic Origins of Nations*, Blackwell Publishers, Oxford, UK, 1996.

SPILHAUS, Athelstan, *Atlas of the World with Geophysical Boundaries: Showing Oceans, Continents and Tectonic Plates in their Entirety*, American Philosophical Society, Philadelphia, USA, 1991.

VAIL, Leroy (ed.), *The Creation of Tribalism in Southern Africa*, University of Columbia Press, Berkeley, USA, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel, 'Ethnicity and National Integration in West Africa' in *Cahiers d' Études Africaines*, N.º 3, Paris, France, 1960.

WATTERS, Thomas & SCHULTZ, Richard (ed.), *Planetary Tectonics*, Cambridge University Press, UK, 2009.

WEGENER, Alfred, *The Origins of Continents and Oceans*, Dover Publications, New York, USA, 1966.

WILLIAMS, Linda, *Earth Science Demystified*, McGraw-Hill, New York, USA, 2004.